Praga que está a matar a batata galega não foi detetada em Portugal

8 de Fevereiro, 2017

O Governo espanhol deverá estender de sete para 31 o número de municípios na Galiza onde será proibida a plantação de batatas durante dois anos devido a uma praga que está a afetar fortemente o cultivo deste tubérculo, noticia o jornal Público.

Em Portugal está em curso desde o início do ano passado um "programa de prospeção" e o Ministério da Agricultura garante que a doença ainda não foi detetada.

A Tecia solanivora Povolny, uma larva de um inseto popularmente conhecida como traça da Guatemala e que destrói o miolo das batatas, tornando-as impróprias para consumo, foi descoberta em Espanha em 1999, nas Canárias, onde ainda não foi erradicada. Chegou à Galiza em 2015, na província de Ferrol, e rapidamente se estendeu pelo norte da região, tendo mesmo chegado às Astúrias.

Desde essa altura o Governo galego e o Executivo nacional espanhol tomaram diversas medidas para combater a praga que não impediram que ela se espalhasse rapidamente pelo território. Embora a maioria das plantações atingidas sejam de autoconsumo, as autoridades de Espanha temem que a traça da Guatemala possa atingir grandes áreas produtivas, onde são plantadas batatas reconhecidas pela União Europeia como sendo de zona de Indicação Geográfica Protegida e que a sua exportação venha a ser proibida para este espaço europeu. Segundo diversos especialistas ouvidos pela imprensa espanhola, a praga não é perigosa para a saúde humana.

O Ministério da Agricultura português revelou ainda que o "programa de prospeção" que está em curso, abrange campos de batata, armazéns de acondicionamento e centrais de embalamento, para despiste da presença de tubérculos com sintomas suspeitos, "com especial incidência nos originários de Espanha e em particular das regiões contaminadas".

O ministério remete mais informação para uma circular de 14 de Novembro do ano passado da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) que dá conta da existência desta praga na Galiza e nas Astúrias. Na nota é reconhecido "o risco do seu estabelecimento no nosso território", "a importância de uma atuação precoce da sua introdução" e solicita-se a todos a comunicação imediata de qualquer caso suspeito.